



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU
EDITAL Nº 001/2015
DATA DA PROVA: 30/08/2015

CARGO:
ADVOGADO
(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: Questões 1 a 8; **Matemática:** Questões 9 a 11;
Conhecimentos Gerais: Questões 12 a 14; **Conhecimentos Específicos:** Questões 15 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente o fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o caderno de questões e o cartão-resposta devem ser devolvidos ao fiscal da prova.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

Questão 01

O LUTADOR

Carlos Drummond de Andrade

Lutar com palavras

é a luta mais vã.

Entanto lutamos

mal rompe a manhã.

São muitas, eu pouco.

Algumas, tão fortes

como o javali.

Não me julgo louco.

Se o fosse, teria

poder de encantá-las.

Mas lúcido e frio,

apareço e tento

apanhar algumas

para meu sustento

num dia de vida.

Deixam-se enlaçar,

tontas à carícia

e súbito fogem

e não há ameaça

e nem 3 há sevícia

que as traga de novo

ao centro da praça.

Insisto, solerte.

Busco persuadi-las.

Ser-lhes-ei escravo

de rara humildade.

(...)

(Carlos Drummond de Andrade. O Lutador. In: Reunião. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 67)

A respeito do poema acima, pode-se considerar corretas todas as questões, EXCETO:

- a) O termo “algumas tão fortes” refere-se às palavras.
- b) Subentende-se no poema um vislumbre do “eu poético” pelas palavras. Ele procura dominá-las, mas finalmente rende-se a elas, reconhecendo seu poder.
- c) Ao afirmar que “Lutar com palavras é a luta mais vã”, o ‘eu poético’ considera sua luta uma perda de tempo.
- d) A expressão “Algumas são fortes como javali” é um caso evidente de Figura de Linguagem.

Questão 02

GUARDADOR DE REBANHOS IX

Fernando Pessoa

Sou um guardador de rebanhos.

O rebanho é os meus pensamentos

E os meus pensamentos são todos sensações.

Penso com os olhos e com os ouvidos

E com as mãos e os pés

E com o nariz e a boca.

Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la

E comer um fruto é saber-lhe o sentido.

Por isso quando num dia de calor

Me sinto triste de gozá-lo tanto,

E me deito ao comprido na erva,

*E fecho os olhos quentes,
Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,
Sei a verdade e sou feliz.*

(Fernando Pessoa. Obra Poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1984)

Julgue as assertivas:

I. O poema valoriza o subjetivismo, a busca pela compreensão do mundo através da introspecção, da meditação, por isso afirma: “E os meus pensamentos são todos sensações”.

II. O “eu poético” exalta a experiência, valoriza a objetividade, por isso diz: “Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la”.

III. O poema demonstra o que poderia ser uma vida simples, sem anseios e preocupações complexas, para a qual, o prazer de deitar no campo e sentir a natureza à sua volta retrata a felicidade.

IV. O “eu lírico”, na verdade, é infeliz, pois, mesmo usufruindo um belo dia de calor, declara: “me sinto triste de gozá-lo tanto”.

Estão corretas:

- a) Apenas I.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) II e III.

Questão 03

EU SOU “NORMAL”

Se você perguntasse a um jovem dos anos 80 a que tribo ele pertencia, as respostas seriam múltiplas. Ele poderia ser punk, metaleiro, dark, New wave, careta, rockabilly. Um punk tratava um rockabilly como um Montecchio a um Capuletto em Romeu e Julieta: com desdém raiva e sopapos. Não é à toa que os psicólogos passaram anos teorizando sobre a turma como a “segunda família”. Era em relação a ela que havia códigos de honra. Era por ela que se combatia e brigava.

A instituição da “turma” substituta da “família” mereceu os primeiros estudos nos anos 50. Naquela época, ficou popular o musical West Side Story uma versão de Romeu e Julieta que, em vez de Montecchios e Capulettos, opunha as tribos dos “Jets” e dois “Sharks”.

Esse quadro mudou na virada para o século 21.

Pergunte a um adolescente dos dias de hoje a que tribo ele pertence. Há 99% de chance de que ele responda: “Eu sou normal”. E o que significa ser normal? Não ter tribo? Nada disso. “Normal” é aquele que transita livremente por diferentes turmas. O que é surfista de dia e pagodeiro de noite, por exemplo. Ou a menina que é nerd no colégio, patricinha no Shopping, mas namora um metaleiro – e frequenta festas de Rock pesado com ele. Nos anos 80, uma patricinha (na época elas eram chamadas “burguesinhas”) sofreria gozações num reduto hardcore. Atualmente, a resistência é bem menor.

Vive-se hoje a “era do camaleão”. Há várias explicações para o fenômeno. A primeira é que o significado das tribos se diluiu. No começo dos anos 80, ser punk era admirar um movimento de jovens ingleses desempregados com plataforma definida. Hoje, dessa tendência, restaram os cabelos com corte moicano e as braçadeiras de couro. Em vez de ideologia, há acessórios. E diversão. A maior parte das tribos, nos dias de hoje se agrupa em torno de atividades de lazer. Que pode ser esportivo (surfistas e skatistas), cultural (pagodeiros, roqueiros, alternativos que gostam de MPB) ou relativo à vida noturna (clubbers e darks).

Por isso não faz sentido brigar. Por que combater alguém que apenas se diverte de forma diferente? Melhor é ficar amigo, para aproveitar diferentes tipos de programas. “Os adolescentes perceberam que não faz sentido se estapear por uma identidade transitória”, defende o psicanalista e escritor italiano Contardo Calligaris. Entre os mais velhos, que viveram tempos mais radicais, há quem veja nessa mudança constante um lado negativo, um reflexo da superficialidade dos dias atuais. Na verdade, o exercício da tolerância é uma conquista da geração de hoje. (...)

(Adélia Chagas. Eu sou “normal”. In: Veja Jovens. Edição especial da Veja. Editora Abril. ano 34, n. 38, 2001. P. 38-39)

O texto acima é um artigo de opinião, gênero discursivo argumentativo, no qual alguém, se utilizando de argumentação, discorre sobre um determinado tema, emitindo seu parecer, sua opinião. Assim, com base no texto lido, pode-se afirmar que todas as alternativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) O termo: “vive-se hoje a “era do camaleão”” (5º parágrafo) expressa o contraste de comportamento da atual geração jovem com o comportamento das gerações passadas.
- b) A escritora se posiciona contrariamente ao comportamento que os jovens vêm apresentando atualmente, por isso, ao concluir, diz: “nessa mudança constante um lado negativo, um reflexo da superficialidade dos dias atuais” (6º parágrafo).
- c) O texto apresenta um enfraquecimento, em termos ideológicos, na decisão de cada jovem em agrupar-se a uma ou outra “tribo”.
- d) O texto aponta explicitamente a época em que ocorreu essa mudança comportamental nos jovens.

Questão 04

Assinale abaixo a alternativa que NÃO respeita a norma culta da Língua Portuguesa no que tange à escoreita ortografia e acentuação:

- a) Sócio de empresa privada é investigado pela Polícia Federal. Ministério Público pretende leva-lo para o banco dos réus.
- b) Cúpula tenta dinamizar negócios entre árabes e entidades europeias.
- c) Assembleia das Nações Unidas reúnem-se nesta semana a fim de tratar de temas polêmicos.
- d) Em alguns países a pesquisa com células-tronco para fins terapêuticos é permitida.

Questão 05

QUADRILHA

Carlos Drummond de Andrade

João amava Tereza que amava Raimundo

Que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili

Que não amava ninguém.

João foi para os Estados Unidos, Tereza para o convento,

Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia,

Joaquim suicidou-se e Lili casou-se com J. Pinto Fernandes

Que não tinha entrado na história.

(Carlos Drummond de Andrade. *Reunião*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. p. 19)

No contexto do poema acima, assinale a alternativa CORRETA a respeito da Regência Verbal e da Transitividade do verbo:

- a) No 5º verso: “Raimundo morreu de desastre”, o verbo “morreu” é Intransitivo e o termo “de desastre” é Objeto Indireto.
- b) No último verso: “Que não tinha entrado na história”, “tinha” é Verbo Transitivo Direto e “entrado” é Objeto Direto.
- c) Tereza, Raimundo, Maria, Joaquim e Lili (1º e 2º versos) são todos Objetos Diretos e o verbo a que se referem (verbo amar) é Transitivo Direto.
- d) O verbo “amava”, presente nos três primeiros versos, é um Verbo Transitivo Indireto.

Questão 06

“Use sempre protetor solar, passe um hidratante em sua pele e lave o rosto 2 vezes ao dia com água e sabonete neutro. A massagem também é sempre bem-vinda, pois ajuda no relaxamento e ativa a circulação linfática e venosa.”

(Campanha de prevenção de doenças venosas e arteriais – SBACVSP)

Analisando o texto acima, se pode afirmar que:

I. No texto predominam elementos instrucionais.

II. No texto predominam elementos descritivos.

III. Deve ser classificado como texto do tipo dissertativo.

IV. Se trata de um gênero textual com características semelhantes a um manual de instruções.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e III estão corretas.
- b) I e IV estão corretas.
- c) Apenas I está correta.
- d) II e IV estão corretas.

Questão 07

Orações Subordinadas Adjetivas são aquelas que têm valor de adjetivo em relação à oração principal no período composto. Elas podem ser restritivas, quando delimitam, restringem o sentido do termo a que se referem ou explicativas, quando acrescentam uma informação a ela. Assinale abaixo o período que apresenta uma Oração Subordinada Adjetiva Explicativa:

- a) O mico-leão-dourado que está em extinção vive no Sudeste do Brasil.
- b) O mico-leão-dourado que está, em extinção, vive no Sudeste do Brasil.
- c) O mico-leão-dourado, que está em extinção, vive no Sudeste do Brasil.
- d) O mico-leão-dourado que está em extinção, vive, no Sudeste do Brasil.

Questão 08

A HORA DA GERAÇÃO DIGITAL

“O impacto das redes sociais nos hábitos de consumo da Geração Internet é imenso e já perceptível. O poder da internet para descentralizar o conhecimento acarretou um profundo deslocamento de poder dos produtores para os consumidores. Os jovens da Geração Internet têm mais acesso a informações sobre produtos e serviços e podem discernir o valor real com mais facilidade do que as gerações anteriores. Mais do que nunca, as empresas precisam, para competir no mercado, de produtos realmente diferenciados, de um serviço melhor ou de um custo mais baixo, pois as deficiências de valor não podem ser escondidas com tanta facilidade. O valor real é evidenciado como nunca. A influência também está sendo descentralizada à medida que a Geração Internet se manifesta a partir das trincheiras modernas, também conhecidas como blogs. Blogs e outras mídias geradas por consumidores estão alterando as fontes de poder e de autoridade em nossa sociedade. Algumas dessas fontes têm uma capacidade surpreendente de influência, afastando a balança de poder de fontes mais tradicionais e reconhecidas. As empresas inteligentes entendem esse deslocamento de poder e o adotam”.

(Don Tapscott. A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. p. 235. Editora Agir: São Paulo, 2010)

De acordo com o texto, é incorreto afirmar que:

- a) Os blogs contribuem com a descentralização da informação.
- b) O acesso às informações, propiciado pelos blogs, trouxe mais poder aos consumidores.
- c) A livre manifestação dos jovens na rede mundial de computadores tem influenciado as estratégias empresariais de produção e venda.
- d) A internet é uma ameaça ao capitalismo, por isso as empresas precisam reagir em nível estratégico.

QUESTÕES 9 A 11 - MATEMÁTICA

Questão 09

Sabemos que um cubo tem arestas medindo 8 cm. Então, calcule a distância entre o centro de duas faces adjacentes.

- a) $4\sqrt{2}$
- b) 4
- c) $\sqrt{2}$
- d) 16

Questão 10

Cássia, Paula e Ana, são casadas com Tiago, Pedro e João, mas não sabemos quem é casado com quem. Elas trabalham com estética, aviação e estilismo e moda, e também não sabemos o que fazem cada uma delas. Descubra o nome do marido e a profissão de Cássia.

- I. A estilista é casada com João
- II. Ana é aviadora
- III. Pedro não é casado com Ana
- IV. Paula não é estilista

- a) Pedro e Estética
- b) João e Moda
- c) Tiago e Estética
- d) Pedro e Moda

Questão 11

Temos um certo retângulo com x e y de lado, e sabemos que a medida do seu perímetro é 24 cm e a medida de sua área é 36 cm². Encontre as dimensões do retângulo.

- a) 6, -6
- b) 24, 36
- c) 12, 0
- d) 6, 6

QUESTÕES 12 A 14 - CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 12

O presidencialismo é o sistema de governo vigente no Brasil e uma característica peculiar, passível de ser destacada, é o fato de o presidente da República ser

- a) Apenas chefe de governo.
- b) Tão-somente chefe de Estado.
- c) Igualmente chefe de governo e chefe jurídico.
- d) Simultaneamente chefe de Estado e chefe de governo.

Questão 13

“A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas explodiam”.

(HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 30)

Hobsbawm refere no texto ao contexto da

- a) Primeira e Segunda guerra mundial
- b) Guerra fria.
- c) Guerra espacial
- d) Guerra entre Rússia e Estados Unidos.

Questão 14

Churchill, primeiro-ministro do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial, afirmou que “a democracia é a pior de todas as formas imagináveis de governo, com exceção de todas as demais que já se experimentaram”.

(BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 17ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 286)

Sobre a democracia, é correto afirmar:

- a) É a ditadura da maioria.
- b) É o governo do povo para o povo.
- c) É o poder eclesiástico na orientação do povo.
- d) É a regência da autoridade patriarcal sobre o povo.

QUESTÕES 15 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 15

Os Municípios são pessoas jurídicas de direito público interno, integrantes da federação, cuja competência se encontra constitucionalmente definida, delimitada e assegurada. A Constituição Federal Brasileira de 1988 destinou o Capítulo IV, do Título III, aos Municípios; todavia, o tema ali não se esgota, estendendo-se por diversas outras passagens da Lei Maior, leis infraconstitucionais, decisões emanadas pelo Supremo Tribunal Federal, dentre outras fontes do direito. A respeito do tratamento constitucional dos Municípios, é correto afirmar:

- a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em turno único e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição do Estado.
- b) A lei orgânica do Município deverá prever a eleição, mediante pleito direto, de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, os quais terão mandato mínimo de 02 (dois) anos, admitida uma única reeleição.
- c) A criação de Municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- d) A Constituição Federal vigente assegura, aos Prefeitos e Vice-Prefeitos, foro especial perante o Superior Tribunal de Justiça, nos casos de cometimento de crimes comuns ou de improbidade administrativa, havendo cessação do direito ao término do mandato eletivo.

Questão 16

Os direitos fundamentais são bens e vantagens prescritos na Constituição Federal e que são, por sua vez, garantidos por instrumentos que asseguram o seu exercício; é a partir dessa visão que se define o conceito de “direitos e garantias fundamentais”. Uma das garantias constitucionais aos direitos fundamentais é o respeito ao devido processo legal; assinale a alternativa correta a respeito do tema, considerando o posicionamento consolidado do Supremo Tribunal Federal:

- a) O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento, via súmula vinculante, de que é constitucional a cobrança de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial em que se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- b) O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento, via súmula vinculante, de que é inconstitucional a cobrança de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial em que se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário; todavia, o mesmo posicionamento não se deu em relação aos recursos administrativos, para os quais é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento de bens.
- c) O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento, via súmula vinculante, de não ser garantido o contraditório e ampla defesa no âmbito do Tribunal de Contas da União, ainda que da decisão possa ocorrer anulação ou revogação do ato administrativo que beneficie o interessado, por se tratar de uma atividade referente ao exercício do poder de polícia.
- d) O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento, via súmula vinculante, de que não ofende a Constituição a falta de defesa técnica, por advogado, no processo administrativo disciplinar.

Questão 17

A Constituição de 1988 tratou, com grande detalhamento, dos temas de direito administrativo. No artigo 38, a Lei Maior tratou das regras aplicáveis ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional. O artigo 39 cuidou das regras aplicáveis aos servidores estatutários e, o artigo 40, disciplinou o regime previdenciário desses servidores. Julgue a Verdade (V) ou Falsidade (F) das afirmações abaixo a respeito do tratamento constitucional dos servidores públicos, considerando-se o recente posicionamento do

Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

I- Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, disposta em súmula vinculante, é inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

II- Apenas violará a Constituição Federal a nomeação de parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada, quando for comprovada a “relação de amizade ou troca de favores”.

III- É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários: a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- a) I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Todas estão incorretas.

Questão 18

A Administração Pública é estruturada com base nas subdivisões de “administração direta” e “administração indireta”, cuja previsão, para o âmbito federal, data desde 1967, em razão do advento do Decreto-Lei 200/1967. Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 estendeu a referida subdivisão para todos os entes federados, aplicando-se, portanto, aos Municípios. A respeito da administração direta e indireta, assinale a alternativa correta:

- a) A criação de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações somente pode se dar por meio de lei complementar, de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
- b) A personalidade jurídica das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações depende apenas da vigência da lei criadora, não cabendo cogitar de inscrição de atos constitutivos em registro público como condição para sua existência jurídica.
- c) Segundo a maioria doutrinária, a administração indireta é composta pelas autarquias, fundações públicas, empresa públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. Dentre as entidades paraestatais destacam-se os serviços sociais autônomos (SESC, SESI, SENAT e outros) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).
- d) É vedada a criação de fundação pública para a exploração de atividade econômica de objetivo lucrativo; caso o Estado almeje explorar atividade econômica, deverá se valer da criação de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Questão 19

Principal diferença entre atos e contratos administrativos é que estes são bilaterais, ou seja, dependem da manifestação da vontade dos contratantes, assim como ocorre nos contratos firmados entre os particulares. Apesar desta semelhança com o direito privado, os contratos administrativos, regidos pelo direito público, são caracterizados pela existência das chamadas “cláusulas exorbitantes”, que conferem prerrogativas especiais à administração pública. A respeito dos contratos administrativos, é correto afirmar:

- a) É nulo o contrato verbal realizado com a administração pública, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento e de obras e serviços de engenharia licitados pela modalidade convite.
- b) A administração pública poderá alterar unilateralmente o contrato administrativo para acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato nas aquisições de obras, serviços ou compras.
- c) É vedada a alteração unilateral do contrato, pela administração pública, que possua a finalidade de melhor adequação técnica do projeto ou de suas especificações.
- d) A administração pública poderá alterar unilateralmente o contrato quando for conveniente a modificação do regime de execução da obra, tal como a modificação do regime de empreitada global para empreitada unitária.

Questão 20

A execução irregular do contrato administrativo permite a aplicação de sanções administrativas, pela Administração Pública, independentemente de autorização prévia do Poder Judiciário. As sanções administrativas para os casos de irregularidades na execução contratual, previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, são:

- a) Advertência; multa; suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- b) Advertência; multa; suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 04 (quatro) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública por prazo não superior a 04 (quatro) anos.
- c) Advertência; multa; suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 08 (oito) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública por prazo não superior a 08 (oito) anos.
- d) Advertência; multa; suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 01 (um) ano; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública por prazo não superior a 01 (um) ano.

Questão 21

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, §4º, prevê um núcleo mínimo de sanções que

poderão ser aplicadas nos casos de constatação de atos de improbidade administrativa, deixando, porém, para a lei definir a forma e gradação da aplicação das referidas sanções. Em razão da eficácia limitada do texto magno, foi publicada a Lei 8.429, em 02 de junho de 1992. Sobre o tema da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos e sanções descritos na Lei 8.429/92 são direcionados aos agentes públicos, portanto, suas disposições não se aplicam àquele que não for um agente público, mas que induza ou concorra para a prática de um ato de improbidade ou dele se beneficie de modo direto ou indireto.
- b) Os legitimados para a propositura de ação judicial para a apuração dos atos de improbidade administrativa são os mesmos da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), podendo propô-la partido político com representação nacional.
- c) Os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito ou causem danos ao erário permitem, além da cominação de ressarcimento integral do dano, perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público, a aplicação da pena de perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, aplicadas de acordo com a gravidade do fato.
- d) Impede a propositura da ação de improbidade administrativa e, conseqüentemente, a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92, a aprovação das contas públicas pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Questão 22

A soberania do poder estatal lhe confere o poder-dever de tributar os cidadãos. Porém, o poder de avançar sobre a propriedade privada e transferir parte dela à coletividade não é arbitrário, mas obedece aos limites dispostos na Constituição Federal e legislação infraconstitucional. A respeito das disposições constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar:

- a) É necessária edição de lei complementar para dispor sobre os conflitos de competência em matéria tributária, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e instituir imunidades e isenções tributárias.
- b) É vedada a instituição de taxa que possua base de cálculo integralmente idêntica à de impostos, sendo, todavia, possível a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo de determinado imposto.
- c) A União, Estados e Municípios, mediante lei, poderão estabelecer empréstimos compulsórios para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência.
- d) É constitucional a previsão de isenções heterônomas; deste modo, pode a União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e, aos Estados, instituir isenções de tributos municipais.

Questão 23

O Código Tributário Nacional, recepcionado pela Constituição Federal de 1988 com status de lei complementar, disciplina as regras gerais a respeito da sujeição passiva tributária. A respeito do tema, é correto afirmar:

- a) Um dos efeitos da responsabilidade solidária é que a interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados favorecerá aos demais; todavia, o mesmo efeito não se dá nos casos em que a interrupção é prejudicial, cujo efeito será aplicável apenas ao sujeito passivo que lhe deu causa.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, estabelecimento comercial, responde pelos tributos devidos, até a data do ato, solidariamente com o alienante, se este iniciar a exploração, dentro de 12 (doze) meses a contar da data da alienação, de nova atividade no mesmo ramo de comércio.
- c) A responsabilidade por sucessão dos adquirentes de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional que continuem a respectiva exploração não ocorrerá se a alienação se der na via judicial, em processo de falência ou recuperação judicial, ainda que o adquirente seja uma sociedade controlada pelo devedor falido.
- d) Segundo posição consolidada do Superior Tribunal de Justiça, não constitui causa suficiente para a comprovação de excesso de poder ou infração à lei, capaz de permitir o direcionamento da exigência tributária à pessoa física dos sócios-gerentes das pessoas jurídicas de direito privado, o simples inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade.

Questão 24

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) foram designados, pelo poder constituinte, à competência tributária dos Municípios, constituindo importante fonte de arrecadação destes entes. Considerando as disposições legais e a orientação recente do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar:

- a) Poderão os Municípios, por lei ordinária, excluir da incidência do ISS exportações de serviço para o exterior, a fim de fomentar determinado setor da economia.
- b) É constitucional, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, a incidência de ISS sobre a locação de bens móveis e arrendamento mercantil (leasing).
- c) Após a Emenda Constitucional 29/2000, passou a ser possível a adoção de dois parâmetros de progressividade do IPTU: progressividade temporal para assegurar o cumprimento da função social da propriedade e exigir o uso e aproveitamento racional do solo; e a progressividade em razão do valor do imóvel.
- d) Incide ISS sobre a locação de filmes cinematográficos, videoteipes, cartuchos para vídeo games e outros bens móveis.

Questão 25

A Lei 6.830/80 (LEF) disciplina a cobrança dos créditos da Fazenda Pública, a quem é conferido o privilégio de constituir unilateralmente o título executivo que lastreará a execução. Considerando a disciplina legal e interpretação mais recente dos Tribunais Superiores a respeito das execuções fiscais, julgue a Verdade (V) ou Falsidade (F) das assertivas abaixo e assinale a alternativa que representa o correto julgamento:

I- Constituem dívida ativa da Fazenda Pública apenas as receitas definidas como tributárias na Lei 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro.

II- Se, antes da decisão de primeira instância, a Fazenda Pública cancelar a inscrição de dívida ativa, a execução fiscal será extinta sem qualquer ônus para as partes, salvo se já proposto Embargos à Execução pelo devedor.

III- O executado oferecerá embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação.

IV- Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.

- a) F,V,F,V
- b) V,F,F,V
- c) F,V,F,F
- d) V,F,V,F

Questão 26

É possível que a dívida ativa da Fazenda Pública tenha que ser exigida de sujeito passivo que esteja submetido a processo falimentar. Nestas hipóteses, considerando os casos em que a garantia da execução fiscal preceda à propositura da ação falimentar, é correto afirmar, segundo orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça, que:

- a) A execução fiscal deverá ser extinta, cancelando-se a penhora nela realizada, restando à Fazenda Pública exigir o crédito inscrito em dívida ativa, incluindo juros de mora e honorários advocatícios, mediante a habilitação no processo de falência.
- b) A execução fiscal deverá ser remetida ao juízo falimentar, a quem compete, enquanto juízo universal, conhecer de todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, sendo considerada a penhora já realizada uma reserva de bens à satisfação do crédito fazendário.
- c) A falência superveniente do devedor não tem o condão de paralisar o processo de execução fiscal, nem de desconstituir a penhora realizada anteriormente à quebra, de modo que não haverá modificação de competência ou suspensão do feito em razão do advento de processo falimentar contra o devedor tributário.
- d) A execução deverá ser suspensa, com a conseqüente habilitação do crédito fazendário no processo de falência, incluindo juros de mora e honorários advocatícios, devendo ser cancelada a penhora já existente para submissão do bem ao concurso de credores.

Questão 27

O pagamento de crédito contra as pessoas jurídicas de direito público, quando decorrente de reconhecimento judicial, implica na observância do regime de precatório. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de junho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício subsequente.
- b) As obrigações de pequeno valor não obedecem ao regime de precatórios, podendo o ente federativo fixar, por lei própria e de acordo com sua capacidade econômica, o limite para enquadramento nesta condição, respeitando-se como limite mínimo o valor do maior benefício do regime geral da previdência social.
- c) Serão pagos com preferência aos demais débitos, os débitos de natureza alimentícia, que compreendem os salários, vencimento, proventos, pensões e suas complementações e demais benefícios previdenciários, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.
- d) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 70 (setenta) anos ou mais na data do trânsito em julgado da sentença, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o limite máximo de 40 (quarenta) salários mínimos.

Questão 28

A respeito da disciplina de processo civil, julgue a Verdade (V) ou Falsidade (F) dos itens abaixo e, após, assinale a alternativa que representa a sequência correta de julgamentos:

I- Computar-se-ão os prazos processuais em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

II- A citação válida, ainda que realizada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

III- Na formação do valor da causa, sendo alternativos os pedidos, dever-se-á considerar o de maior valor.

- a) V, V, F.
b) V, F, V
c) F, F, V
d) F, V, V

Questão 29

A respeito dos crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal (Decreto-lei 2848/40), é correto afirmar:

- a) A apropriação, por funcionário público, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tenha posse em razão do cargo, configura crime de peculato.
- b) O crime de peculato apenas admite a modalidade dolosa, não sendo possível a punição do funcionário público que concorrer, culposamente, para o crime de outrem.
- c) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de peculato.
- d) Configura-se crime de corrupção passiva a exigência de tributo que sabe, ou deveria saber, indevido.

Questão 30

A respeito da proteção do meio ambiente prevista no Código Florestal (Lei 12.651/12), é correto afirmar que:

- a) A obrigação de manter a vegetação situada em Área de Preservação Permanente consiste em uma obrigação de natureza real, sendo transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel.
- b) A obrigação de manter a vegetação situada em Área de Preservação Permanente não se aplica nos casos em que o titular da propriedade seja uma pessoa jurídica de direito público.
- c) A obrigação de manter a vegetação situada em Área de Preservação Permanente consiste em uma obrigação de natureza pessoal, não sendo transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel.
- d) A obrigação de manter a vegetação situada em Área de Preservação Permanente consiste em uma obrigação de natureza propter rem, não sendo transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30